



CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO” - CAMPUS III

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Linha de pesquisa:
Transformações Econômicas e processos de Urbanização

CÍCERO RAFAEL FELIX VIANA

POBREZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB

GUARABIRA-PB

2013

CÍCERO RAFAEL FELIX VIANA

POBREZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba-Campus III, enquanto requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Geografia, desenvolvido sob a orientação do professor Péricles Alves Batista.

GUARABIRA-PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P246r Viana, Cicero Rafael Felix

Pobreza urbana no município de Pirpirituba-PB / Cicero
Rafael Felix Viana. – Guarabira: UEPB, 2013.

44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Me. Pércles Alves Batista.

1. Problemas Sociais 2. Pobreza Urbana 3. Serviços
Públicos. I. Título.

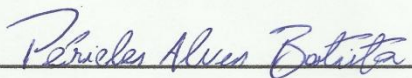
22.ed. CDD 910

CÍCERO RAFAEL FELIX VIANA

POBREZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB

Trabalho aprovado em 03 / SET / 2013.

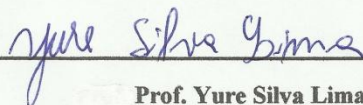
COMISSÃO EXAMINADORA



**Prof. Péricles Alves Batista – Orientador
Mestre em Geografia – UFPB
Professor do Dep. de Geografia/CH/UEPB**



**Prof. Francisco Fábio Dantas da Costa – Examinador
Doutor em Geografia - UFPE
Professor do Dep. de Geografia/CH/UEPB**



**Prof. Yure Silva Lima – Examinador
Mestre em Geografia - UFPB
Prof. do Departamento de Geografia/CH/UEPB**

GUARABIRA-PB

2013

Esta Pesquisa é dedicada à todos que confiaram na minha capacidade e principalmente a minha mãe que sempre esteve ao meu lado e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, em quem eu creio, pois, sem Ele a vida não existiria, que me deu forças para jamais olhar para trás e jamais desistir de meus objetivos.

A minha mãe, Maria de Lourdes Feliz Viana, pessoa que sempre se fez presente em todos os momentos, tanto na adversidade como na prosperidade e que também me deu muita força e advertência. Ao meu pai (*in memoriam*), que no decorrer de sua trajetória neste mundo me ensinou muito, trabalhou demais para sustentar a mim e minha família. A todos os meus doze irmãos.

A minha esposa, Francys, mulher maravilhosa, conselheira, amiga e acima de tudo companheira. Sou muito feliz por tê-la como esposa.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Péricles Alves Batista, que se dedicou ao máximo possível, criticou quando necessário e elogiou quando merecido, um ótimo profissional e um excelente orientador.

Aos professores do Departamento de Geografia, cujo fizeram parte não só da minha vida acadêmica, mas também como ser humano. E a todos da Coordenação de Geografia.

Aos examinadores, Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa, um ser humano sem igual. Ao Prof. Yure Silva Lima, que se aceitou nosso convite.

À todos os meus amigos do Curso de Geografia, turma 2008.2 tarde e noite, da Academia Equipe Tubarão de Jiu Jitsu (Guarabira), Prof. Anderson Wesley, à todos aqueles que apoiaram-me e acreditaram na minha capacidade.

“A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre contra escravos, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado. Resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta, uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou a ruína das classes em disputa”. Marx & Engels

TÍTULO: POBREZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB
AUTOR: CÍCERO RAFAEL FELIX VIANA
LINHA DE PESQUISA: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO
ORIENTADOR: PROF. PÉRICLES ALVES BATISTA – DG/CH/UEPB
EXAMINADORES:
FRANCISCO FÁBIO DANTAS DA COSTA – DG/CH/UEPB
YURE SILVA LIMA – DG/CH/UEPB

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no município de Pirpirituba-PB, a cerca dos problemas sociais, sobretudo o da pobreza urbana. Tal processo vem aumentando com o crescimento da população do município, sendo que esta problemática, afeta diretamente a vida das pessoas que vivem tanto na zona rural, mais principalmente na zona urbana. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é conhecer e analisar as principais áreas de pobreza urbana do município de Pirpirituba, a fim de contribuir com propostas para melhorar a qualidade de vida da população local. Além disso, como objetivos específicos: identificar as principais áreas de ocorrência da pobreza urbana; analisar as consequências que a pobreza urbana ocasiona na população local; mostrar como a falta de infraestrutura empobrece o município e analisar os investimentos do poder público no espaço urbano. A presente pesquisa se baseou no levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, através de observações, registro de imagens, entrevistas, pesquisas nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além de visita técnica na Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social de Pirpirituba. Por meio dos resultados alcançados, constatou-se que pela falta de serviços públicos e planejamento urbano, muitas áreas da cidade estão sendo ocupadas de forma irregular, como é o caso da comunidade da Faixa da Pista, que sofre com a falta de habitação, saneamento básico e segurança. A falta de pavimentação também se faz presente em muitas ruas da cidade. Torna-se de suma importância que os órgãos públicos responsáveis tomem providências cabíveis, elaborem projetos e tragam recursos para melhorar a área urbana e a vida da população.

Palavras chaves: Problemas sociais; Pobreza Urbana; Serviços Públicos.

TITLE: URBAN POVERTY IN THE MUNICIPALITY OF PIRPIRITUBA-PB
AUTHOR: CÍCERO RAFAEL FELIX VIANA
RESEARCH LINE: ECONOMIC TRANSFORMATIONS PROCESS AND DEVELOPMENT
ADVISOR: PROF. PÉRICLES ALVES BATISTA – DG/CH/UEPB
EXAMINERS:
FRANCISCO FÁBIO DANTAS DA COSTA – DG/CH/UEPB
YURE SILVA LIMA – DH/CH/UEPB

ABSTRACT: This paper presents the results of a survey conducted in the municipality of Pirpirituba-PB, about social problems, especially in urban poverty. This process has increased with the growth of the city population, and this issue directly affects the lives of people living in rural areas but especially more in urban areas. Thus, the objective of this research is to understand and analyze the key areas of urban poverty in the Municipality of Pirpirituba in order to contribute proposals for improve the quality of life on the local. In addition, the following specific objectives: identify the main areas where the urban poverty; analyze the consequences of urban poverty causes in the local population, show how the lack of infrastructure impoverishes the municipality and analyze the investments of public power in the urban site. This research was based on literature review, field research, through observation, recording of images, interviews, research the websites of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS) in addition to technical visit in the Department of Development and Social Action Pirpirituba. Through the results, it was found that the lack of public services and urban planning, many areas of the city are occupied illegally, such as the community's Faixa da Pista, which suffers from a lack of housing, sanitation basic and safety. The lack of paving is also present in many city streets. Becomes of paramount Importance that the public agencies take Responsible and appropriate action to bring resources to improve the lives of the urban area and population.

Key Words: Social problems; Urban poverty; Public services.

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa da Localização do município de Pirpirituba.....	16
Figura 02: Vista da Vegetação e Relevo, Pirpirituba.....	17
Figura 03: Construção inadequada. Ilha do Governador, RJ.....	28
Figura 04: Falta de segurança Ilha do Governador, RJ.....	28
Figura 05: Habitação precária. Ilha do Governador, RJ.....	28
Figura 06: Habitação precária. Ilha do Governador, RJ.....	28
Figuras 07: Situação de pobreza urbana. Favelas do Moinho, SP.....	29
Figura 08: Situação de pobreza urbana. Favelas do Moinho, SP.....	29
Figura 09: Zona periférica da cidade de Pirpirituba, Comunidade da Faixa da Pista localizada na PB105.....	32
Figura 10: Zona periférica da cidade de Pirpirituba, Comunidade da Faixa da Pista, localizada na PB 105. Pirpirituba.....	33
Figura 11: Centro da cidade. Rua Prof. Felix Cantalice, Pirpirituba.....	33
Figura 12: Falta de Pavimentação. Rua são José 02, Alto do Damião, Pirpirituba.....	34
Figura 13: Falta de pavimentação. Rua São Sebastião, Alto do Damião, Pirpirituba.....	34
Figura 14: Ausência de pavimentação. Rua Manoel A. Ferreira, Alto do Damião, Pirpirituba.....	35
Figura 15: Ausência de pavimentação. Rua Manoel A. Ferreira, Alto do Damião, Pirpirituba.....	35
Figura 16: Esgoto a céu aberto. Rua são José, Alto do Damião, Pirpirituba.....	37

Figura 17: Esgoto a céu aberto. Rua São José, Alto do Damião, Pirpirituba.....	37
Figura 18: Pavimentação não concluída. Rua Cristo Redentor, Ato do Damião, Pirpirituba.....	37
Figura 19: Habitação precária. Rua são Sebastião, Alto do Damião, Pirpirituba.	37

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Incidência de pobreza em Pirpirituba.....	31
---	----

Lista de Quadros

Quadro 01: Fundo de Participação dos Municípios de Pirpirituba.....	18
Quadro 02: Incidência de pobreza absoluta no Brasil.....	21
Quadro 03: População em extrema pobreza nas áreas urbanas e rural.....	23

Lista de Siglas

- CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
- FPM: Fundo de Participação dos Municípios
- CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome
- OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PBF: Programa Bolsa Família
- PBM: Plano Brasil Sem Miséria
- PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PIB: Produto Interno Bruto
- PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SENARC: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 GERAL.....	14
2.2 ESPECÍFICOS.....	14
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	15
4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO.....	16
4.1 LOCALIZAÇÃO.....	16
4.2 QUADRO NATURAL.....	16
4.3 QUADRO ECONÔMICO.....	17
5 REVISÃO DA LITERATURA.....	19
5.1 ALGUNS CONCEITOS SOBRE POBREZA.....	19
5.2 DESIGUALDADES REGIONAIS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	20
5.3 A POBREZA URBANA.....	22
6 A POBREZA URBANA E O CASO ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA.....	25
6.1 A PROBLEMÁTICA DA POBREZA URBANA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS.....	25
6.2 A PROBLEMÁTICA URBANA: O CASO BRASILEIRO.....	26
6.3 A QUESTÃO DA POBREZA URBANA EM PIRPIRITUBA.....	30
7 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE A POBREZA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA.....	33
7.1 A INFRAESTRUTURA URBANA LOCAL.....	33
7.2 PROGRAMAS SOCIAIS E GASTOS EM GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	35
7.3 DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS.....	36
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
10 APÊNDICE.....	44

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Roza (2004), a pobreza é a segunda maior inimiga da humanidade, perdendo apenas para as doenças, que é outro mal que assola o mundo. O fenômeno da pobreza atinge todos os países, pois está em toda parte. Porém, os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, são duramente castigados pela miséria que se encontram (SANTOS, 2011).

A evolução da pobreza não tem sido de forma homogênea no mundo. Há diferenças importantes a serem destacadas do ponto de vista geográfico. Em 2005, por exemplo, foram registrados 1,377 bilhão de pessoas vivendo com até US\$ 1,25 por dia (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA 2010).

Como foi acima citado existem bilhões de seres humanos vivendo na pobreza, onde faltam alimentos, roupas, infraestrutura, educação, lazer, enfim, uma série de coisas que contribuem para a difícil vida dessas pessoas que necessitam pelo menos do mínimo possível para a sua sobrevivência.

No Brasil, a pobreza atinge grande parte dos habitantes que vivem em condições desumanas como: educação precária, saúde, saneamento básico, segurança e péssima alimentação. As contradições que existem no país são absurdas, pois é uma nação rica do ponto de vista econômico, no entanto, com muitos brasileiros miseráveis que vivem em situações de abandono.

Podemos observar que a pobreza urbana cresce no Brasil, formando assim as favelas. Nesses lugares, a qualidade de vida é bastante difícil, pois as pessoas habitam em locais inapropriados, diferente daquelas que vivem em lugares confortáveis, salubres, seguros e de boa infraestrutura para se morar.

O Nordeste é uma das regiões do Brasil que mais sofre com a desigualdade e a pobreza. O modo de vida é bastante precário para a maioria dos nordestinos. Nesta região concentra-se um grande número de pobres, onde muitos vivem em condições desumanas, na miséria e sem perspectiva de vida.

Para Carvalho (2008), o Nordeste é uma região marcada por grandes disparidades socioeconômicas. Frente às demais, grande parte da população vive em condições difíceis. No semiárido brasileiro a camada mais pobre da população torna-se vulnerável aos fenômenos climáticos, além de encontrar-se alheia a oportunidades favoráveis de trabalho e de vida.

Segundo Araújo (2006), na esteira da segregação residencial está à intolerância, o preconceito social, as péssimas condições de moradias, a escassez de investimentos públicos

em equipamentos de infraestrutura ou mesmo a deterioração ambiental e a espoliação urbana. Esses processos evidenciam o crescimento das periferias paraibanas, pois muitas pessoas não têm condições de morar dignamente.

De acordo com o IBGE (2010), a incidência de pobreza no município de Pirpirituba é de 49,49%. Através desses dados percebemos que a pobreza no município de Pirpirituba atinge quase metade da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,595 em 2010 classificado como baixo (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Desta forma milhares de pirpiritubenses vivem em condições de pobreza, tornando-o assim mais um dos municípios paraibanos, em que grande parte dos seus habitantes encontra-se praticamente esquecidos, vivendo assim sem expectativa de vida.

A escolha da temática surgiu a partir de dois requisitos: primeiro, pela ligação que o autor tem com o tema e segundo, pela sua relevância por se tratar de um problema social que afeta o mundo, o Brasil e principalmente a cidade de Pirpirituba. Pois, a pobreza está em “toda” parte, nas ruas, casas e em especial na população pobre que sofre com este mal que não para de crescer.

Por meio desta pesquisa será possível analisar as principais áreas de pobreza urbana do município de Pirpirituba, a fim de contribuir com sugestões para melhorar os lugares afetados pela pobreza, e com isto, ajudar a população.

A pobreza, enquanto objeto de estudo, tem uma grande relevância, pois nos deparamos com situações aterrorizantes que não apenas a sociedade global enfrenta, mas também o Brasil e suas Regiões. Todavia, é de suma importância estudar a pobreza, já que milhões de seres humanos estão nesta situação, sem ter sequer o básico para suprir suas necessidades mais essenciais.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- ▶ Analisar as principais áreas de pobreza urbana do município de Pirpirituba, a fim de contribuir com sugestões para melhoria dos lugares mais afetados, e com isto, ajudar a população local.

2.2 ESPECÍFICOS

- ▶ Identificar as principais áreas de ocorrência da pobreza urbana;
- ▶ Analisar as consequências que a pobreza urbana ocasiona na população local;
- ▶ Mostrar como a falta de infraestrutura empobrece o município;
- ▶ Analisar os investimentos do poder público no espaço urbano local.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em dois estágios: a pesquisa de gabinete e de campo. No primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico, com a escolha de livros referenciais ao contexto da pobreza urbana, além de pesquisa em artigos científicos, leituras e fichamentos de documentos relacionados ao tema abordado nesta pesquisa.

Posteriormente as leituras documentais, foram realizadas pesquisas no IBGE e no Site do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), além de visita a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social do Município, com intuito de obter informações do tema em questão, para o desenvolvimento da pesquisa.

No decorrer da pesquisa de campo foram realizados levantamentos através de entrevistas com aplicação de questionário e análise das áreas em estudo. Ao longo das visitas de campo foram registradas imagens fotográficas dos locais mais afetados pela pobreza urbana, a fim de possibilitar junto com dados obtidos a identificação das reais condições, que se encontra a população Pirpiritubense, com objetivo de adquirir as informações e conhecimentos necessários para a construção deste trabalho.

Todas as informações adquiridas foram de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, como também para seu enriquecimento, por meio das informações obtidas das visitas feitas aos órgãos públicos, entrevistas e observações da área urbana, para o melhor embasamento possível. Juntamos todas as informações para chegarmos aos resultados e conclusões, bem como identificar as principais áreas de ocorrência de pobreza urbana no município de Pirpirituba.

4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. LOCALIZAÇÃO

Segundo o IBGE (2010), o município de Pirpirituba (Figura 01) possui uma área de 79,844 km², com uma população de 10.326 habitantes, sendo que 76,5% residem na zona urbana e os 23,6% na zona rural.

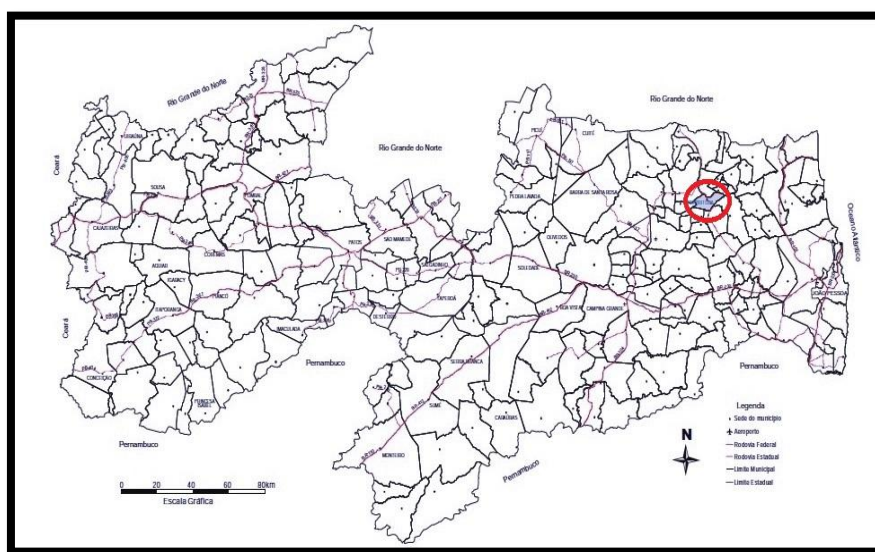


Figura 01: Mapa da localização município de Pirpirituba no Estado Paraibá.
Fonte: CPRM, 2005

Além disso, tem uma densidade demográfica de 129,33 hab./km² e está a 113 km da capital João Pessoa, com latitude 06° 46' 48'' Sul e Longitude 35° 25' 55'' Oeste. O mesmo faz limites com o município de Belém, ao Norte, Pilõezinhos e Guarabira, ao Sul, Borborema, a Leste e Sertãozinho, a Oeste.

4.2. QUADRO NATURAL

De acordo com a Companhia de Pesquisa e Serviços Minerais (CPRM, 2005), o município de Pirpirituba está localizado na Microrregião de Guarabira e na Mesorregião do Agreste Paraibano. Apresenta uma altitude aproximada de 99 metros, com o clima é tropical chuvoso com verão seco.

O Agreste Paraibano está situado numa área de transição entre o clima tropical úmido e o clima semiárido. Possui uma vegetação acatingada, constituída por uma mata

subcaducifolia de transição, com espécies xerófilas da caatinga e algumas da mata úmida (Figura 02).



Figura 02: Vista da vegetação e relevo do município de Pirpirituba.

Fonte: Arquivo pessoal do Autor. Julho de 2013.

Entre as espécies desta formação vegetal, destacamos a canafístula (*Peltophorum dubium*), o juazeiro (*Zizyphus Joazeiro*) e o xique-xique (*Pilosocereus gounellei*). Além disso, apresenta um relevo acidentado e seus solos são rasos e pedregosos, com forte degradação antrópica (RODRIGUEZ, 2002).

4.3. QUADRO ECONÔMICO

Entre os anos 2005 e 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 61,3% passando de R\$ 24,9 milhões para R\$ 40,2 milhões. O aumento percentual foi inferior ao verificado na Paraíba, que foi de 70,2%. Dessa forma, a participação do PIB do município de Pirpirituba na composição do PIB estadual, diminuiu de 0,15% para 0,14% no período (IBGE, 2010).

O município de Pirpirituba conta com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é uma forma de repasse de verbas do Governo Federal. No presente ano, 2013, até o mês de Agosto foi repassados o valor de R\$ 4.395.281,79 (quatro milhões trezentos e noventa e cinco mil duzentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos). Observamos o quadro 01:

Quadro 01: FPM do Município de Pirpirituba

MÊS	ANO	FPM
JANEIRO	2013	R\$ 564.903,79
FEVEREIRO	2013	R\$ 760.017,62
MARÇO	2013	R\$ 437.713,70
ABRIL	2013	R\$ 469.656,93
MAIO	2013	R\$ 674.833,19
JUNHO	2013	R\$ 563.008,30
JULHO	2013	R\$ 400.933,77
AGOSTO	2013	R\$ 524.214,49
		R\$ 4.395.281,79

Fonte: Ministério da Fazenda, 2013.

Por outro lado, entre as atividades econômicas do município, acentuam-se os setores primário e terciário. No setor primário, destaca-se a agricultura e a pecuária. A primeira, é realizada através das lavouras permanentes e temporárias, sendo que na lavoura permanente destaca-se a banana, castanha de caju, coco da baía, laranja, manga, pimenta do reino e urucum, enquanto que na lavoura temporária, destaca-se a batata doce, cana de açúcar, fava, feijão, mandioca e o milho. Já a pecuária é composta pela criação de bovinos, caprinos, equinos, avicultura e apicultura (Produção Municipal 2011, IBGE, 2012).

No setor terciário, destacamos o setor de serviços, como restaurantes, supermercados, lojas de conveniências, postos de combustíveis, entre outros. Frisamos também o comércio informal, a feira livre do município, que acontece aos sábados, na qual as pessoas vendem e compram seus produtos agrícolas e manufaturados.

Ao analisarmos o quadro econômico do município de Pirpirituba, vimos o quanto ainda precisa crescer economicamente. Seu PBI, que foi apenas R\$ 40,2 milhões (IBGE, 2010) é muito baixo. O setor primário enfrenta grandes dificuldades, principalmente no período de estiagem, pois a pecuária e a agricultura necessitam das chuvas para se desenvolverem. Sendo assim, através dos dados, pode-se dizer que Pirpirituba é um dos muitos municípios pobres que existe no estado da Paraíba.

5 REVISÃO DA LITERATURA

5.1 ALGUNS CONCEITOS SOBRE A POBREZA

Muitos estudos já foram realizados por autores como: Santos, Sposito, Monteiro, entre outros, acerca do tema abordado, no entanto, muito pouco se fez para amenizar esse problema social. A pobreza, enquanto objeto de estudo, tem uma grande relevância, pois nos deparamos com situações aterrorizantes que a sociedade global está enfrentando. Definir a pobreza nunca foi e jamais será tarefa fácil. Tentaremos conceituá-la de forma simples e clara, a fim de ser entendido o real significado de uma palavra tão comum.

Incontestavelmente, o conceito de pobreza não apresenta uma definição de forma unânime e universal. No entanto, podemos assegurar que é referente a situações de carência na qual os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com a realidade das classes “médias” e “altas” (BARROS et al, 2000).

A pobreza pode ser conceituada de varias maneiras, pois existem inúmeros tipos de pobres. Definiremos neste trabalho como violação dos direitos humanos, onde muitos não têm o mínimo para suprir as necessidades físicas, intelectuais e mentais. Muitas pessoas vivem em condições humilhantes por não conseguirem adquirir o mínimo para seu sustento ou de sua sobrevivência.

Segundo Pizzio (2010), encontramos três ideias: primeira, a da subsistência, onde os indivíduos não têm sequer o básico para garantir sua integridade física; segunda, a ideia da necessidade básica, que é apenas uma ampliação do primeiro momento destacando os meios de sobrevivência mínimos demandado no plano coletivo e não apenas individualmente. Por último, a privação relativa, onde as pessoas não podem obter regime alimentar, conforto, padrões e serviços que lhes permitam ser um cidadão no sentido pleno.

De acordo com o MDS e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Relatório de Gestão 2009 e SENARC, 2010), utilizam o conceito de pobreza usando a situação econômica. Considera as pessoas extremamente pobres aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 e pobres aquelas com até R\$ 140,00. Mas segundo o IBGE (2010), existe outro tipo de pobreza, a relativa, onde são considerados pobres às pessoas que não conseguem usufruir do padrão de vida médio da população em deliberados locais da sociedade.

Os países subdesenvolvidos tiveram conhecimentos de no mínimo três tipos de pobreza. Primeiro a incluída, na qual seria uma pobreza acidental¹. A segunda, aquela que foi estudada como uma doença da civilização e chamada de marginalidade². Esta seria produzida pelo processo econômico. Por ultimo, a estrutural que numa visão política é equivalente a uma dívida social não mais apenas local nem nacional, mas sim globalizada (SANTOS, 2011).

Já para Monteiro (2003) a pobreza é muito simples e fácil de definir. Pode-se simplesmente dizer que é a não satisfação das necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outros. Para um individuo ser pobre, é preciso apenas ter estas características que privem seus direitos fundamentais a sobrevivência e a vida.

Lewis (1969) *Apud* Santos (2009a), alega explicitamente que a definição mais próxima de pobreza é defini-la como a incapacidade de satisfazer as necessidades do tipo material. Para Lewis, pobre é aquele que não consegue realiza-se materialmente, ou seja, são aqueles que têm um poder de compra e consumo baixo.

Frente a este desafio que o mundo enfrenta, nos perguntamos o que poderia ser feito para mudar a atual situação na qual se encontra milhões de pessoas. De acordo com Santos (2009a), a real preocupação política não está em impedir o aumento da pobreza, mas de evitar agitações. Ainda segundo esse autor, a pobreza vem aumentando nos países subdesenvolvidos.

5.2. DESIGUALDES REGIONAIS E O PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Sempre se ouviu falar que o Brasil é um país rico, porém, o número de pobres é muito elevado. Neste contexto, podemos identificar uma antítese, pois como um país rico tem um enorme número de pessoas vivendo em situações desumanas, que necessitam mendigar para comer. A desigualdade social vem perseguindo o Brasil há muito tempo, sendo que muito pouco é feito para melhorar a situação da maioria dos brasileiros que vivem com desigualdade.

¹ Pobreza acidental: vista como desadaptação local aos processos mais gerais de mudanças, ou como inadaptação entre condições naturais e condições sócias. Era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar (SANTOS, 2011).

² Marginalidade: a pobreza é identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico. O consumo se impõe como um dado importante, pois constitui o centro da explicação das diferenças e da percepção das situações (SANTOS, 2011).

De acordo com Correa (2011), o Brasil dividiu-se em três grandes regiões: o Centro-sul que pode ser definido como o coração econômico e político do país, no qual as pessoas têm uma melhor expectativa de vida, o Nordeste, que é conhecido como a região das perdas econômicas e demográficas, e por último, a Amazônia, que é definida como fronteira do capital, devido ao seu grande valor natural para sua exploração.

No ano de 2003, o IBGE lançou o mapa da pobreza e desigualdade, assim podemos comparar as situações de desigualdades regionais do Brasil. Mesmo tendo se passado alguns anos, a atual situação não é muito diferente. Através do quadro 02, veremos a realidade que se encontra o país, que comprova a existência de milhões de brasileiros que vivem na pobreza e sem perspectiva de vida alguma.

Quadro 02: Incidência de pobreza absoluta no Brasil em 2003

	Regiões com municípios de incidência de pobreza acima de 50%
Brasil	32,6%
Norte	28,7%
Nordeste	77,1%
Sudeste	13,3%
Sul	0,9%
Centro-oeste	12,1%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração Própria a partir dos dados do Mapa Da Pobreza e Desigualdade 2003.

A partir destes dados observamos que 32,6% dos municípios brasileiros tem incidência de pobreza acima de 50%, no qual a população vive na pobreza absoluta, onde o indivíduo não pode comprar o mínimo para seu sustento. Já no caso do Nordeste, a incidência é bem maior, pois 77,1% dos municípios possuía sua população acima de 50% sendo a região mais pobre e desigual do Brasil.

De acordo com Brígido (2010), o Programa das Nações Unidas (PNUD) divulgou em uma de suas pesquisas que o Brasil é o terceiro país em termos de desigualdade de renda do mundo. O país tem o índice de Gini³ de 0,56 e quanto mais próximo de 1 (um) maior é a desigualdade.

³ Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1, sendo que o 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e o valor 1 significa completa desigualdade de renda.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo o IBGE (2010), o índice de incidência de pobreza diminuiu, portanto ainda é muito acentuada principalmente nos municípios mais populosos. Em termos de rendimentos absolutos, 25% da população tem uma renda mensal per capita de R\$ 180,00. Enquanto metade obtém uma renda de R\$ 375,00. Este valor era bem inferior ao salário mínimo que em 2010 contabilizava um total de R\$ 510,00.

No ano de 2011, o número de pessoas que viviam em condições de pobreza extrema chega a 16,2 milhões de brasileiros, sendo que 40% são jovens entre 14 e 15 anos. A discussão sobre o tema abordado é bastante recente no Brasil e o Governo Federal vem tentando combater a pobreza com programas de transferências de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2011).

Em acordo com a fonte supracitada, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado com intuito de melhorar o modo de vida das famílias que vivem em condições de pobreza e pobreza extrema. Em 2011 o PBF completou 12 anos, tendo com principal objetivo reduzir a desigualdade de renda no Brasil. No ano de 2003 eram beneficiadas 3,6 milhões de famílias, em 2012 passou para 13,3 milhões de família beneficiada pelo programa (BRASIL, 2011).

Em face do exposto, com os programas de transferências de renda do Governo Federal, muitos brasileiros foram e estão sendo beneficiados. Porém, não deixaram de ser pobres, apenas saíram de um tipo de pobreza e caíram em outro. Sendo assim, o Brasil continua a ser um país de desigualdades sociais e que possui grandes riquezas, no entanto, com muita gente vivendo na pobreza.

5.3. A POBREZA URBANA

De acordo com Santos (2009a), a problemática da pobreza urbana está diretamente ligada com a explosão demográfica. Este fenômeno acontece por conta da migração de pessoas que antes moravam em áreas rurais e passaram a habitar nas urbanas. Desta forma, gerou-se o que o autor chamou de “crise urbana”, pois as cidades não acompanharam a crescente chegada de pessoas, que por vários motivos precisaram sair do seu lugar origem.

Segundo Sposito (2010), o desenvolvimento do capitalismo industrial teve uma grande repercussão no espaço, causando assim grandes impactos nas cidades. Desta forma, gerou vários problemas urbanos. A década de 50 foi marcada por uma urbanização acelerada, principalmente nos países de economia dependente. As cidades passaram a ter vários tipos de problemas como é o caso do “inchaço” populacional.

Entre as décadas de 1940 e 1980, houve um crescimento considerável da população brasileira. Em 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%. Já em 1980, chegou a 68,86%. Neste período a população total do Brasil triplica e a população urbana multiplica-se por sete vezes e meia. O aumento populacional urbano é considerável (SANTOS, 2009b).

De acordo com o Censo do IBGE, do ano 2010, a população do Brasil era 190.732.694 habitantes. Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de 20.933.524 de pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira neste período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). O Censo 2010 mostra também que a população é mais urbanizada que na década passada. Em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, em 2010 são 84%.

Dos 16,26 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza no país mais de 9 (nove) milhões estão concentrado na Região Nordeste. Sendo que 47,5% encontram-se na área urbana e 52,5 % na área rural. No Brasil existem cerca de 8,67 milhões de pobres vivendo em áreas urbanas e 7,6 milhões habitam no campo (MDS, IBGE 2010), como mostra a quadro 03:

Quadro 03: População em extrema pobreza nas áreas urbanas e rural

População em extrema pobreza						
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	16.267.197	8.673.845	7.593.352	100,0	53,3	46,7
Norte	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100,0	43,6	56,4
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,0	47,5	52,5
Sudeste	2.725.532	2.144.624	580.908	100,0	78,7	21,3
Sul	715.961	437.346	278.615	100,0	61,1	38,9
Centro-Oeste	557.449	372.888	184.561	100,0	66,9	33,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

A partir dos dados da tabela 03, observamos que no Brasil a incidência da pobreza extrema nas áreas urbanas é maior do que nas rurais. Ao contrário disso, esta população urbana deveria habitar lugares salubres, que possam viver de acordo com as mínimas condições de vida, como moradia digna, saneamento básico, assistência à saúde, educação, segurança, lazer, entre outros.

Diante disso, mesmo com os programas de transferências de renda, especificamente o PBF, milhões de brasileiros ainda continuam a viver em situação de extrema pobreza. Mas

para solucionar ou amenizar este problema social, o atual Governo criou outro programa social a fim de erradicar a pobreza extrema no Brasil, o Plano Brasil Sem Miséria.

Em Junho de 2011, o Governo Federal lança o Plano Brasil Sem Miséria (PBM), no qual propõe o enfrentamento da pobreza extrema. No período de 2004-2009, o número de pessoas que viviam em situação de pobreza extrema diminui de 8% para 5%. Para diminuir a pobreza extrema nas cidades, o Plano Brasil Sem Miséria prevê a realização de ações e qualificações profissional, intermediação de mão de obra, oferta de microcrédito e incentivo a economia solidaria (IPEA, 2012).

Ainda em acordo com a fonte supracitada, além das ações de inclusão produtiva, o Brasil Sem Miséria prevê também a ampliação do acesso aos serviços públicos. Por meio do aumento de qualificação nas áreas mais afetadas pela pobreza extrema. A proposta consiste na expansão e na cobertura de programas de saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e infraestrutura básica como: habitação, energia e saneamento nos territórios marcado pela pobreza extrema.

Nesse contexto, o Governo Federal pretende “erradicar a pobreza”, não obstante, torna-se muito difícil a concretização deste desejo. Dessa forma, em muitos casos, a ambição pelo poder político faz com que os governantes apenas mascarem a realidade, ao afirmarem que a pobreza está diminuindo, mas, o que realmente percebe-se é que os pobres continuam sendo enganados com falsas promessas.

6 A POBREZA URBANA E O CASO ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB

6.1. A PROBLEMÁTICA DA POBREZA URBANA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Os países subdesenvolvidos são os que mais sofrem com a pobreza urbana. Este é um enorme problema que aflige o mundo inteiro, afetando bilhões de seres humanos que vivem em situações degradantes. Nos países pobres a pobreza urbana atinge um grande número de cidades, que por sua vez, falta infraestrutura, saúde, educação e boa alimentação. Diante desse contexto, sobre os países subdesenvolvidos Santos (2009a) afirma que:

A extrema penúria em que vivem centenas de milhões de seres humanos tem sido objeto de vasta literatura. A pobreza urbana, ou melhor, os aspectos da pobreza ligados diretamente à urbanização, têm sido alvo de grande parte dessa atividade intelectual febril e determinada. Contudo, o problema real encontra-se na explicação a pobreza (SANTOS, 2009a p.77-78).

No meio urbano, a pobreza aparece de forma mais visível e mostra a exclusão social que vivem atualmente milhões de pessoas. A pobreza urbana abala diversos grupos sociais, causa diversos problemas urbanos associados ao baixo rendimento e o desemprego. A falta de habitação digna, as doenças, a falta de assistência médico-hospitalar fazem partes de serviços que a população pobre é privada e são excluídas dos seus direitos de cidadãos, desta maneira passam a viver as margens da sociedade.

Segundo Santos (2009a), atualmente, o problema da pobreza ganhou um enfoque muito grande, pois este atinge todos os países, contudo, em particular os subdesenvolvidos, pois estes cresceram em ritmo desigual com o processo de urbanização, ou seja, a população cresceu e a cidade não acompanhou o crescimento da mesma.

De acordo com o autor supracitado, a partir da década de 1950, com o êxodo rural, houve uma grande explosão demográfica nos centros urbanos, porém, a economia urbana não estava em condições de suportar tantos migrantes ao mesmo tempo. Assim, foram responsabilizados por seu próprio empobrecimento como também pelos dos centros urbanos, acarretando o problema social da pobreza urbana.

Dessa forma as cidades conheceram diversos problemas relacionados ao acelerado crescimento urbano. Dessa maneira Santos (2009a) salienta que:

A abordagem da pobreza nos países subdesenvolvidos é cheia de dificuldades e ciladas. As dificuldades são encobertas pelos deficientes

instrumentos de pesquisa, tais com estatísticas e classificação duvidosa, enquanto a confusão a respeito dos objetivos e as formulações teóricas falsas ou incompletas representam verdadeiras arapucas (2009a p.13).

Recentemente, na Conferencia das Nações Unidas, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2012, Rio +20, cujo tema é “O futuro que queremos”, um dos principais assuntos era a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. Neste sentido, entende-se que é preciso compatibilizar o compromisso com uma luta incessante contra a pobreza e a desigualdade mediante o crescimento econômico, a transformação produtiva com progresso técnico, o emprego com qualidade e as políticas sociais de seguridade social (IPEA, 2012).

Diante disso, compreendemos que a população dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como falam alguns autores, sofre muito com a falta de serviços que proporcionaria uma melhor qualidade de vida destas pessoas. Sendo assim, a ausência de emprego cresce nas famílias mais pobres, pois o mercado de trabalho se moderniza constantemente, excluindo aqueles que não estão bem qualificados profissionalmente.

6.2 A PROBLEMÁTICA URBANA: O CASO BRASILEIRO

Conforme o Estatuto da Cidade (2010), lei nº 10.257 de julho de 2001, cerca de 80% da população brasileira vive hoje nas cidades, concentrando-se nas regiões metropolitanas. Essa população, na maioria das vezes enfrenta problemas, como o do déficit habitacional, a precariedade de infraestrutura, a falta de segurança, entre outras mazelas da vida urbana, como afirma Villaça et, al (2003) que:

A cidade brasileira é hoje o país. O Brasil está estampado nas suas cidades. Sendo o país, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do país. Vamos falar dos problemas. Nossas cidades são hoje o locos da injustiça social e da exclusão brasileiras. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira (p.28).

A pobreza, sobretudo a pobreza urbana têm sido foco de muitos debates nos últimos anos. As cidades brasileiras vêm enfrentando sérios problemas no que diz respeito a urbanização. Um fator importante que agrava ainda mais esta situação é a falta de planejamento urbano, que contribui para o aumento dos problemas nas cidades, além de promover a exclusão social de milhares de pessoas. Como salienta Silva et, al (2005):

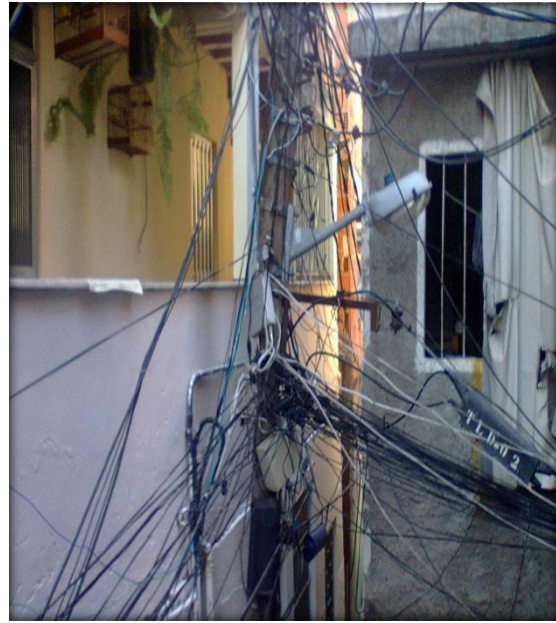
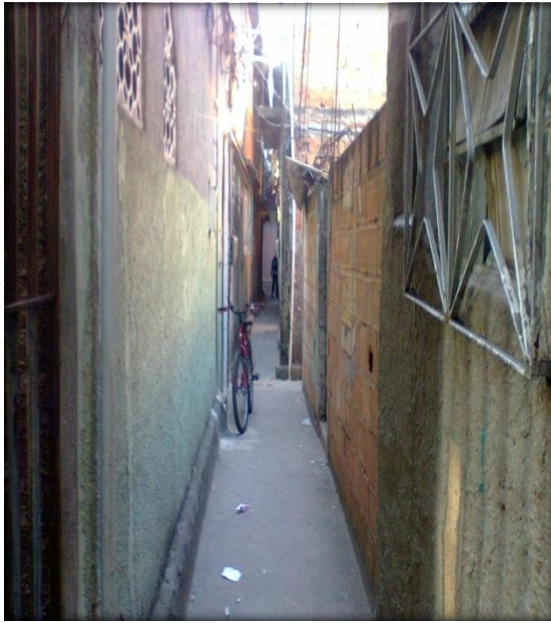
Associados ao grave quadro de distribuição de renda, o crescimento desordenado da cidade tem gerado deformidades na estrutura física e social dos municípios. Os serviços públicos insuficientes e mal distribuídos, além de restringir o acesso da grande maioria da população, contribuem para uma atenção diferenciada do setor público, onde determinadas regiões concentram um maior número de serviços e equipamentos públicos, gerando noutras áreas uma perda acentuada no padrão de habilidade dos moradores (p.33).

No livro *a Urbanização Brasileira*, Milton Santos relata que a cidade por si própria, como relação social, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo seu modelo econômico, como também pela sua estrutura física, que faz da população periférica ser ainda mais pobre. Porém, a pobreza não é apenas decorrente do modelo socioeconômico, mas sim do modelo espacial das áreas urbanas (SANTOS, 2009b).

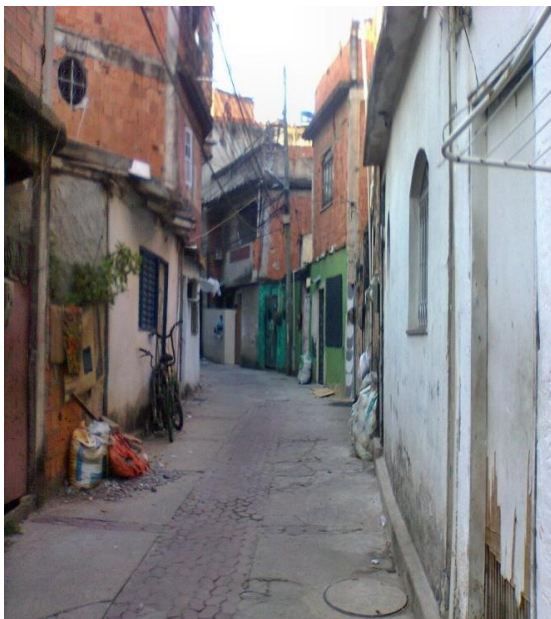
O autor supracitado nos adverte para os milhares de brasileiros que estão vivendo sem trabalho e renda, sem contar com a falta de acesso aos bens de consumo mais elementares. Além disso, essas pessoas, por possuírem baixo nível de renda, podem perfeitamente serem enquadradas dentro do processo de marginalização e da segregação espacial. Segundo Silva et, al (2005):

No Brasil as cidades assumem grande expressão e importância. Representam mais de 80% da população do país e 90% do PIB nacional. Espaço contraditório por excelência, a cidade brasileira ajusta-se as condições do mundo globalizado incluindo poucos e excluindo muitos num processo simultâneo (p.29).

Nesse sentido, veremos através de imagens (Figuras 03, 04, 05 e 06), como a pobreza urbana está presente nas grandes metrópoles brasileiras. A falta de infraestruturas é um fato marcante nas cidades e nos bairros, isto ocasiona graves problemas como poluição, má qualidade de vida, saúde defasada, e até mesmo risco de vida, pois a situação cuja maioria da população encontra-se é precária.



Figuras 03 e 04: Construção inadequada e Falta de segurança respectivamente. Ilha do Governador, RJ. **Fonte:** Arquivo do autor. Fevereiro de 2012.



Figuras 05 e 06: Habitação precária. Ilha do Governador, RJ. **Fonte:** Arquivo do pessoal autor. Fevereiro de 2012.

Podemos observar que a pobreza urbana cresce a cada dia no Brasil, formando assim as favelas, que hoje chamamos de comunidades, em que o modo de vida das pessoas é bastante difícil, pois vivem em habitações inapropriadas (Figuras 07 e 08). Assim, torna-se notável as diferenças daquelas pessoas que residem em lugares confortáveis com áreas amplas e com boa infraestrutura.



Figuras 07 e 08: Situação de pobreza urbana. Favela do Moinho, São Paulo-SP.

Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/5950-favela-do-moinho#foto-111139>.

Acessado em 20/03/2013.

Estas imagens são da favela do Moinho na cidade de São Paulo. Ela nos mostra a situação de pobreza urbana em que se encontra a maior cidade do Brasil. Milhares de pessoas vivem em estado de emergência, colocando a própria vida em risco, pois a qualquer momento pode ocorrer um incêndio nestas casas, como já ocorreu em outras áreas. Diante dessa questão, sobre as problemáticas existentes nas cidades brasileiras, Santos (2011), afirma que:

Com diferença de grau e intensidade todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se insere etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas problemas como o do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas (p.105).

Neste sentido, podemos afirmar que a maioria das cidades brasileiras, seja de grande ou pequeno porte, sofre com problemas no que diz respeito a sua urbanização. No entanto, este autor diz que quanto maior a cidade mais tornam-se visíveis seus problemas urbanos. Sendo assim, ao observamos as imagens anteriores, em que ambas pertencem a Região Sudeste, concluimos que existe uma grande concentração de riquezas, mas também de pobreza.

Conforme o Estatuto da Cidade (2010), Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol

do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Ainda no Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I-garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Estatuto da Cidade, 2010).

Como foi acima citado, morar e viver dignamente é lei, mas, contudo, o que presenciamos é apenas o descaso com a grande maioria da população brasileira, pois vivem em condições precárias, como mostramos e ainda mostraremos mais adiante ao longo desta pesquisa. Se está no Estatuto da Cidade, porque não são executadas estas medidas?. O que nos resta é apenas pensar que falta interesse político. A respeito do Estatuto da cidade Silva (2005), escreveu o seguinte:

O estatuto da cidade é fundamental no processo de resgate da unidade de nossas cidades, dando-lhe novas configurações capazes de permitir o fortalecimento da nossa identidade e nossa cultura. Que deixamos de crescer economicamente, sem que para isso tenhamos que promover a exclusão e a territorialização que marginalizam significativa parcela da população. (p.33).

Por fim, as leis que foram criadas no intuito de atender as necessidades dos cidadãos brasileiros estão distantes de beneficiar os necessitados. Os pobres querem apenas viver e morar bem, com segurança e conforto, pois são atributos que lhe são garantidos por direito. Infelizmente isso não acontece na prática.

6.3. A QUESTÃO DA POBREZA URBANA EM PIRPIRITUBA

A pobreza urbana está presente tanto nas grandes como também nas pequenas cidades do Brasil. A falta de investimentos públicos junto com o aumento da população urbana, causado pelo êxodo rural são uma das principais causas desse empobrecimento. Desta forma resta apenas conviver com a falta de serviços que atendam a população e que modificaria a vida das pessoas que habitam nas áreas urbanizadas da cidade.

Consideramos importante analisar a pobreza urbana no município de Pirpirituba em virtude dessas mudanças estabelecidas no modo de vida das pessoas, pois a maioria da

população pirpiritubense reside no espaço urbano, vive na pobreza; ocupa áreas mal servidas de infraestrutura e vivem em condições de exclusão social.

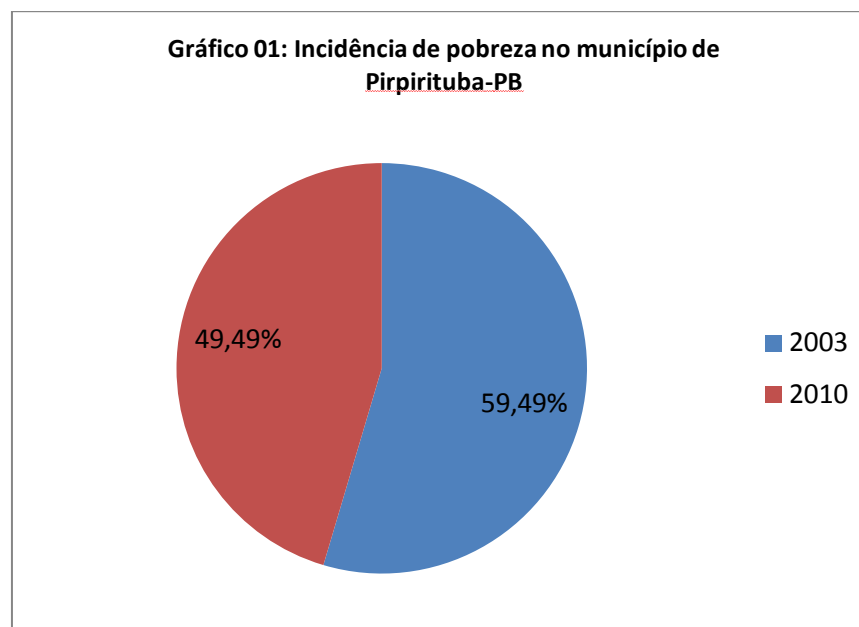


Gráfico 01: Incidência de pobreza no município de Pirpirituba.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2003, 2010.

De acordo com o IBGE (2003), a incidência de pobreza no município de Pirpirituba atingiu 59,49%, mais do que metade da população. Já no ano de 2010, diminuiu para 49,49%, porém, a pobreza ainda está presente em praticamente metade da população pirpiritubense.

Segundo Carlos (2009), a forma de ocupação em determinados lugares da cidade dá-se a partir das necessidades de realização de certas ações como de produção, consumo e habitação. Para sua sobrevivência, o ser humano precisa ocupar um devido lugar no espaço. A cidade se apresenta como a principal forma de ocupação desse espaço. Desta forma, quem tem as melhores rendas moram nas áreas centrais ou nos bairros elitizados das cidades, desfrutando dos melhores serviços. No entanto, as populações de menor renda tem que se contentar com os lugares mais afastados da cidade, ou seja, nas áreas periféricas.

Segundo o Panorama Municipal, boletim MDS (2012), o Censo Demográfico 2010, indicava que o município totalizava 2.489 pessoas vivendo em extrema pobreza, sendo que 829 na zona rural e 1660 na zona urbana. Em termos proporcionais, este número equivale a 24,1 % da população pirpiritubense que são extremamente pobres, como se pode perceber na figura 09:



Figura 09: Zona periférica da cidade de Pirpirituba. Faixa da pista. Localizada na PB 105. **Fonte:** Arquivo do autor. Setembro de 2012.

Nas áreas mais afastadas do centro da cidade é notória a falta de estrutura urbana adequada, assim mostra a figura 09, a desigualdade existente entre o centro e os outros bairros. A população de baixo poder aquisitivo encontra como solução para moradia, a ocupação nas áreas irregulares por ter preço mais baixo, com relação à aquisição de suas residências. As habitações irregulares são também, o espelho das desigualdades sociais das cidades brasileiras, restando apenas viverem às margem da sociedade (RIBEIRO, 2005 *apud* SOARES, 2012).

Certamente, o resultado desta periferização recai sobre as classes mais pobres, as quais estão sujeitas a deslocamentos involuntários, que por não terem condições financeiras, tiveram que sair das áreas urbanas mais valorizadas. Desta forma, malvidos, considerados ameaçadores da ordem pública e desvalorizados, os pobres foram “expulsos” das áreas mais centrais da cidade, restando-lhe a periferia que a cada dia torna-se mais debilitada e carente dos equipamentos urbanos. Este local tornou-se um espaço reservado à pobreza.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), deixa bem explícito no Art.6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, à proteção a maternidade e a infância, a assistências aos desamparados (BRASIL, 2010).

Tudo isto que foi acima citado não passam apenas de meras palavras escritas que não sairá do papel para beneficiar todos aqueles que necessitam urgentemente. Como prova disto, temos imagens registradas que comprovam nosso raciocínio. Infelizmente no Brasil as leis

não são cumpridas. Esta é a realidade que vivem milhares e milhares de brasileiros, na pobreza.

7 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE A POBREZA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA

7.1. A INFRAESTRUTURA URBANA LOCAL

O crescimento urbano, muitas das vezes não acompanha o processo de organização e planejamento da cidade. Desta maneira, as cidades crescem de forma desorganizada com problemas de infraestrutura. Em Piripirituba não é diferente, apesar de ser uma cidade de pequeno porte, tornam-se visíveis os problemas urbanos provenientes do seu crescimento desordenado. Portanto, é de suma importância um planejamento urbano para que melhore a vida da população da cidade.



Figuras 10 e 11: Comunidade Faixa da Pista e a Rua Prof. Felix Cantalice no Centro da cidade de Piripirituba. **Fonte:** Arquivo do autor, Setembro de 2012.

Ao analisarmos as figuras 10 e 11, percebemos a diferença de classe social, sendo no primeiro plano, a comunidade da “Faixa da Pista” (como é conhecida popularmente), que possui pouca infraestrutura. Enquanto que no segundo plano, encontra-se o centro da cidade,

onde residem os moradores que desfrutam de melhores serviços públicos como: saneamento básico, abastecimento d'água e principalmente habitação e segurança.

Segundo o desempregado José Carlos Ferreira (morador da comunidade da Faixa da Pista), nos últimos dois anos ocorreram nove atropelamentos, dos quais dois foram com crianças que vinham da escola. Ainda de acordo com o morador, há meses está faltando iluminação pública na comunidade. Os moradores já fizeram protesto para reivindicar seus direitos, porém nada se fez para melhorar a situação.

Observamos que a infraestrutura destas ruas é praticamente homogênea, pois falta rede de esgoto e pavimentação. No período de inverno o acesso às ruas torna-se difícil. Segundo a moradora da Rua São Sebastião, senhora Cleuza Maria (desempregada) 42 anos, afirma que vários prefeitos prometeram pavimentar esta via (Figuras 12 e 13). No entanto, foram mais umas de suas promessas de campanha política não cumprida, e assim, a população continua com os mesmos problemas.



Figuras 12 e 13: Falta de Pavimentação. Rua São José 02 e Rua São Sebastião, Bairro Alto do Damião.
Fonte: Arquivo do autor, Julho de 2012.

Nos últimos três anos, os investimentos em pavimentação e melhorias sanitárias foram pouco comparados ao grande número de ruas que estão sofrendo com a falta destes serviços. Segundo dados do Portal da Transparência (2012) realizaram-se dois convênios para fins destes serviços que beneficiou apenas quatro ruas do município. O valor conveniado para melhoria sanitária foi de R\$150.000,00 e para pavimentação um valor de R\$195.000, 00. Os

valores investidos são insuficientes para uma população que necessita de mais serviços e melhor qualidade de vida.



Figuras 14 e 15: Ausência de Pavimentação. Rua Manoel A. Ferreira, Bairro alto do Damião.
Fonte: Arquivo do autor, Julho 2012.

Na figura 14 e 15, observamos a realidade da pobreza urbana como: precariedade da infraestrutura e serviços urbanos básicos, acessíveis de forma precária a uma grande parte da população pobre. Estes serviços são prontamente encontrados nos condomínios luxuosos no qual, desfrutam de iluminação, saneamento, pavimentação, segurança, praças, jardins e quadras esportivas. Estes são atributos disponíveis apenas para uma pequena parcela de privilegiados ali residentes.

7.2. PROGRAMAS E GASTOS EM GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O município de Pirpirituba é beneficiado por vários programas sociais como: o PBF, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Pro Jovem Adolescente, para jovens entre 15 e 17 anos, cuja família é beneficiária de programas sociais do Governo Federal. Existe também uma Organização não Governamental (ONG) que conta com apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de benefícios eventuais do município.

Segundo Niédja Fabiana Freitas (Secretaria de Desenvolvimento Social), o PBF beneficia um total de 1.450 famílias. Já no ano de 2012 foi transferido para o município um total de R\$ 1.219.790,00 (Portal da Transparência, 2012). Outros programas sociais existentes

em Pirpirituba, são o PETI, que atende 130 (cento e trinta) crianças e o Pro jovem que atende 100 (cem) adolescentes. O programa de Benefícios eventuais, Lei Nº 21/2010, nos últimos dois anos beneficiou mais de duas mil pessoas.

De acordo com Maria do Perpetuo S. de Sales (conhecida como Irmã Socorro), diretora e coordenadora da ONG, cujo objetivo é ajudar as pessoas pobres do município que tem uma renda familiar de menos de um salário mínimo ou desempregadas. As pessoas são beneficiadas com alimentos, cuja distribuição é feita semanalmente na sede do “Bom Samaritano”. Entre os alimentos doados, são: feijão, macaxeira, iame, limão, maracujá, bolo poupas de frutas e mel.

Decerto, os Programas Sociais que o município de Pirpirituba oferece está muito aquém do necessário que a população precisa para ter uma melhora significativa no seu modo de vida. Torna-se primordial a criação de programas de geração de emprego e renda, pois estes dois itens estão escassos não só em Pirpirituba como também em todos os municípios do estado da Paraíba.

7.3. DEFICIÊNCIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS

Os serviços públicos, principalmente os urbanos, são de fundamental importância na produção e reprodução do capital. Isto significa que uma eficiente prestação de serviços públicos é fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Os serviços são um instrumento para a melhoria da qualidade de vida, para proteção e melhores condições de saúde e de higiene da população do município.

Segundo Torres (2006), nas cidades de pequeno porte, como é o caso do município de Pirpirituba (Figuras 14 e 15), os gestores locais têm condições de inspecionar pessoalmente cada posto de saúde, escola e bairros. Também podem conversar com a população local, tendo capacidade de identificar facilmente as situações mais problemáticas e de pobreza urbana na qual se encontram muitos cidadãos desta cidade.



Figuras 16 e 17: Esgoto a céu aberto. Rua são José, Bairro Alto do Damião.
Fonte: Arquivo do autor, Julho de 2012.

Observando as imagens 16 e 17, percebemos claramente a deficiência dos serviços públicos nestas ruas, pois a falta de saneamento, iluminação e pavimentação deste local são bem visíveis. Desta forma, os moradores são obrigados a conviver com esta situação. A falta de infraestrutura causa desconforto, insegurança e problemas de saúde. Segundo moradores, as autoridades competentes apenas prometem no período eleitoral, mas não tomam nenhuma providência para sanar esta situação.



Figuras 18 e 19: Pavimentação não concluída e habitação precária respectivamente.
Rua Cristo Redentor e São Sebastião, Alto de Damião. **Fonte:** Arquivo do Autor. Julho de 2012.

Segundo Dantas & Macedo (2004), a construção de obras públicas, seja na área de infraestrutura como: saneamento básico e obras viárias ou nas áreas sócias como: construções de creches, escolas, hospitais, casas populares, entre outros. Parte destas construções só é possível em parceria com o Governo Federal e Estadual, principalmente no setor de infraestrutura, onde as obras são de custo elevado, porém, cabe ao gestor local buscar recursos junto a essas esferas para realizar tal obra.

Observamos na figura 18 que a pavimentação deste local não chegou a ser concluída, certamente tenha sido pela falta de recursos ou até mesmo pelo descaso. A ausência de um serviço de esgoto contribui para a degradação da pavimentação. Na figura 19 podemos ver a qualidade de moradia de uma de muitas pessoas que estão nesta situação, vivendo em casas precárias.

De acordo com o Art. 182 da Constituição Federal (1988), a política de desenvolvimento urbano, executado pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Todo cidadão tem direito por lei a viver bem, porém o que acontece nesta cidade é bem diferente daquilo que está previsto na constituição, Pois enquanto uns vivem em pleno regozijo outros sobrevivem migalhas. O descaso e a intolerância prevalecem neste município, todavia por ser pequeno as autoridades conhecem muito bem as reais condições de vida da população.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi elaborada no intuito de identificar e analisar os principais pontos de pobreza urbana no município de Pírpírituba. A população urbana desta cidade é relativamente pequena, mas apresenta grandes problemas sociais que muitas cidades brasileiras e paraibanas vêm enfrentando desde muito tempo. O município tem uma população urbana bem maior que a rural, sendo que a migração do campo para a cidade ainda ocorre nos dias de hoje.

Apesar de ser um pequeno município paraibano, com uma população urbana também relativamente pequena, mesmo assim apresenta graves problemas de ordem econômica, política e social. Tivemos a oportunidade de ver e analisar nos capítulos anteriores, a situação em que esta cidade encontra-se.

Ao observarmos a área urbana, foi constatada a falta de infraestrutura nos bairros e ruas da cidade. De forma, constatou-se que o crescimento urbano não teve o acompanhamento necessário para sua evolução. Torna-se de suma importância que sejam investidos recursos financeiros para erradicar a atual situação ou pelo menos melhorar a infraestrutura local, que por sua vez, está um caos, prejudicando e muito os pírpíritubenses.

Ampliar a pavimentação das ruas e pavimentar aquelas que estão desprovidas destas obras, principalmente nas áreas mais afastadas do centro da cidade, pois são as que mais necessitam. Melhorar o sistema habitacional, uma vez que existem muitas pessoas vivendo em condições desumanas, em especial, na comunidade da “Faixa da Pista”, onde vivem as pessoas mais pobres e necessitadas da cidade.

Cabe ao poder público local executar projetos para melhoria das condições de vida da população urbana, buscar recursos junto à esfera Estadual e Federal, pois sabemos que o município por si só não tem condições de fazer tantas obras com recursos próprios. Assim, terá condições de realizar obras de pavimentação, saneamento básico e habitação para melhorar a vida urbana.

Com o aumento da população, o espaço urbano vem se encurtando cada vez mais. A cidade cresceu de forma desorganizada e sem planejamento causou o empobrecimento urbano. Torna-se indispensável o empenho dos gestores em elaborar projetos que beneficie a classe pobre do município. Fazer um mapeamento das áreas de ocorrência de pobreza urbana e executar um programa de planejamento urbano.

Os moradores das áreas mais afetadas da cidade afirmam que nada se faz para melhorar a atual situação. Apenas são feitas promessas de campanha políticas depois ficam no

esquecimento dos gestores. O baixo investimento nos lugares mais pobres do município reflete diretamente na qualidade de vida da população, que por sua vez, vivem em lugares afetados pela falta de serviços públicos.

Diante do exposto, a temática abordada analisou as questões sociais e econômicas relacionadas à Pirpirituba, se tratando de uma pesquisa até então inédita no município. Através deste trabalho, contribuimos por meios dos resultados alcançados para uma melhor compreensão da realidade local. Espera-se que esta pesquisa contribua para outros trabalhos acadêmicos e igualmente sirva de consulta para os gestores do município em estudo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, de Luciana Medeiros. A produção do espaço intraurbano e as ocupações irregulares no conjunto Mangabeira, João Pessoa-Pb. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 nº 42, Fevereiro 2000.

BRASIL. Relatório de Gestão do Exercício 2011, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Brasília-DF, Março de 2012, 238p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em 22 de Julho de 2012.

BRÍGIDO, Carolina. O Globo Economia. PNUD: Brasil tem a 3ª pior desigualdade do mundo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/pnud-brasil-tem-3-pior-desigualdade-do-mundo-2975390>. Acessado em 20 de Outubro de 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 8ª ed. 2ª reimpressão-São Paulo: contexto, 2009, 68p.

CARVALHO, de Jose Natanael Fontanele. Pobreza e tecnologia sociais no extrativismo da carnaúba. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008, 100p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. BRSAIL, 2010.

CORREA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Prefácio Milton Santos. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 304p.

CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Píripituba, estado da Paraíba. João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda (Orgs). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005, 20p.

DANTAS, Éder da Silva, MACEDO, Gilvan Brás de. Uma nova visão da cidade. Avenzoar Arruada (org.). João pessoa: CAAP, 2004, 238p.

Estatuto da cidade (2001). Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.80p.(Série legislação; nº59)

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo demográfico, Indicadores Sociais Municipais. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituições financeiras, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pecuária, 2011.

IPEA, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise, 2012.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Pobreza, desigualdade e políticas públicas 2010, 18p. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100112Comunicado38.pdf.

Acessado em: 19 de Agosto de 2012.

LEWIS, O. "The Possessions of the poor". Scientific American. p.113-124, Oct. 1969.

LIMA de, Antônia Jesuíta, et al. Pobreza, desigualdades sociais e políticas públicas. Questão social e desenvolvimento no século XXI. Trabalho apresentando ao Programa de Pós-Graduação em Políticas públicas. III jornada Internacional de políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007, 6p.

Ministério da Fazenda. Disponível em:

http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp. Acessado em 08 de Agosto de 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. Saúde soc. Jun 2003, vol.12, n. 1, p.7-11.

PIZZIO, Alex. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. Revista Ágora. V. 5, n. 1, p.96-117. Salgueiro-PE, Agosto 2010.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. 2011, 191p. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf. Acessado em: 26 de Setembro de 2012.

Portal da Transparência. Transferência de recursos por estado/município UF Paraíba: Exercício 2012. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2012&SelecaoUF=1&SiglaUF=PB&NomeUF=PARA%CDBA&CodMun=2137&NomeMun=PIRIRITUBA&ValorMun=8.208.600,75>. Acessado em: 29 de Setembro de 2012.

Relatório de Gestão 2009, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Brasília-DF, Março de 2010, 1479p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/processodecontas/unidades-do-mds/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/arquivos/2009/MDS-SENARC-RELATORIO%20DE%20GESTaO%202009%20E%20ANEXOS%20.pdf/view?searchterm=brasil%2031/03/2010>

RIBEIRO, Wagner Costa. Cidades ou sociedades sustentáveis?. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole / Ana Fani Alessandri Carlos, Carles Carreras (org). São Paulo: contexto, 2005, p. 60 – 69.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coordenadora). ATLAS DA PARAÍBA: ESPAÇO GEO-HISTÓRICO E CULTURAL. 3ª ed. João Pessoa: Grafset, 2002. 112p.

ROZA, Joadir Monteiro da. A crueldade da pobreza e como se livrar dela em 7 lições 2ª edição. 2004, 51p.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5. Ed. 2ª reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2009b. 174p.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana; com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala.-3ª. Ed.-São Paulo. Edusp, 2009a.136p. (coleção Milton Santos; 16).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2011,174p.

SILVA, da Jose Borzacchiello. Os problemas da cidade, A metrópole e o modo de vida: segregação, conflitos, estratégia. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2005. 430p.

SOARES, Daionara de Lima. Problemas ambientais causados pelo crescimento urbano na cidade de São José do Campestre-RN. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. Guarabira-PB, 2012, 53p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. 15ª. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. 80p.

TORRES, Haroldo da Gama. (2006) "Demografia urbana e políticas sociais." Revista Brasileira de Estudos de População, vol.23 – n.1, p 27-42

VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. 304p.

APÊNDICE

PESQUISA DE CAMPO-QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULAÇÃO POBRE DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA-PB

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

- 1º Qual o seu nome, idade, profissão e estado civil?
- 2º Qual a sua renda familiar?
- 3º Nível escolar?
- 4º Quantas pessoas moram com você?
- 5º Quantos têm atividades remuneradas?
- 6º Sua casa é própria?
- 7º Recebe algum benefício do Governo?
- 8º Se recebe dá para satisfazer todas as suas necessidades básicas bem como: alimentação, vestuário, remédios, educação e lazer?
- 9º O gestor faz algo para melhorar esta comunidade, rua, bairro?
- 10º Qual a sua opinião em relação à pobreza do seu município?